

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.629 - SP (2019/0092274-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**AGRAVADO** : ERICKSON ALVES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : MANOEL FONSECA LAGO E OUTRO(S) - SP119584

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REJEIÇÃO LIMINAR. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 282/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da inexistência incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 195):

Acidente do Trabalho - Reexame da matéria, nos termos do art. 1.040, inciso II, do Código de Processo Civil - preparo - isenção de recolhimento - apreciação do recurso de apelação - Reconhecimento da inexistência de prova quanto aos fatos constitutivos do direito do embargante - Ausência da memória de cálculo e do valor do débito - Extinção dos embargos à execução sem resolução do mérito - Embargos de declaração da autarquia acolhidos e recurso da autarquia prejudicado.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 917, VI, §4º, I e II, do CPC/2015, com base nos seguintes argumentos (fl. 204):

[...]

O INSS apresentou Embargos à Execução invocando a impossibilidade de inclusão dos expurgos monetários referentes ao IRSM/94 na própria renda do segurado, pois tais índices têm pertinência unicamente quando se trata de correção monetária.

Tal matéria é tese em dezenas de milhares de ações ao longo dos últimos vinte anos, tratando-se de discussão relativa ao direito de incorporar, ou não, tal percentual às prestações pagas pela Previdência.

Assim, em sede de Embargos à Execução o INSS apresentou tema permitido pelo inciso VI do art. 917 acima reproduzido, o qual deveria ter sido resolvido pelo v. Aresto. Tal, no entanto, não aconteceu, havendo violação da norma.

Ocorre que os Embargos foram sumariamente indeferidos, sob o argumento de que a autarquia não apresentou cálculo discriminado do que entende devido. Tal atitude afronta a lei, bastando rápida leitura no § 4º do mesmo art. 917, para se constatar a errônea, verbis:

"§ 4º Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos à execução:

I - serão liminarmente rejeitados, sem resolução de mérito, se o excesso de execução for seu único fundamento;

II - serão processados, se houver outro fundamento, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução."

Resta evidente que não houve apenas alegação de excesso de execução,

haja vista o tema do Embargos tratem de questão que independe de apresentação de qualquer demonstrativo, por parte do executado.

Por óbvio, está-se apontando um vício no cálculo do exequente, vício este que está em desacordo com a lei e toda a jurisprudência pacificada, desnecessária a apresentação de conta por parte do INSS unicamente com a exclusão específica dos índices ilegais mencionados (IRSM 1,3967 e 1,4025).

[...]

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

O recorrente aponta violação do artigo 917, VI, §4º, I e II, do CPC/2015, ao argumento de que os embargos à execução propostos não versaram apenas sobre excesso de execução, de modo que não poderiam ter sido liminarmente rejeitados por não ter sido apresentado demonstrativo contábil.

Ocorre que a Corte de origem, ao apreciar a controvérsia, limitou-se a assentar (fls. 196-197):

[...]

Trata-se de incidental interposta pela autarquia para supressão do excesso de execução decorrente de erro do trabalhador na apuração da renda mensal.

Conforme se depreende da análise da petição inicial a insurgência do INSS quanto aos cálculos apresentados pelo exequente envolve a impossibilidade de incorporar à renda mensal índices de correção monetária.

Utilizando-se de elementos de sua convicção o MM.Juiz a quo reconheceu a improcedência da incidental (fls. 30/1).

Respeitado o entendimento do ilustre magistrado, os embargos à execução devem ser rejeitados sem resolução do mérito.

Com efeito, verifica-se que a petição inicial dos embargos é inepta, pois não traz memória discriminada do valor que entende devido, documento indispensável para demonstrar o fato constitutivo de seu direito.

Desta forma, reconhecida a inépcia da inicial, de rigor a rejeição liminar dos embargos à execução, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 917, §4º, I, do CPC, restando prejudicado o recurso da autarquia.

[...]

Contra o referido julgado, o ora recorrente não opôs aclaratórios, com o objetivo de instar a Corte de origem a se manifestar acerca da tese que ora sustenta seu apelo especial, em especial o fato de que os embargos à execução manejados não se resumiriam ao excesso de execução, contando também matéria que independeria da apresentação de demonstrativo contábil.

Dessa feita, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem acerca da tese recursal, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ante o exposto, **agravo não provido.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

